

O TURISMO EM MAXARANGUAPE-RN, BRASIL: CONFIGURAÇÃO, DILEMAS E PROPOSTAS DESDE A ECOLOGIA POLÍTICA

Dorival Bonfá Neto 

Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo (USP) e Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidad Nacional de Colombia
dorival.neto@usp.br

Isadora Natália Barreto 

Associação de Proteção e Conservação ambiental Cabo de São Roque (APC)
isadora.n.rb@gmail.com

Lucas Gabriel Veríssimo Pinheiro da Silva 

Associação de Proteção e Conservação ambiental Cabo de São Roque (APC)
lucasgabrielvps@gmail.com

O turismo em Maxaranguape, RN, Brasil: configuração, dilemas e propostas desde a Ecologia Política (Resumo)

O turismo é uma prática territorial que historicamente foi tratada e posta em prática com um fim econômico, produzindo um turismo economicista e de massas que mercantilizou a natureza, a paisagem e o ambiente, trazendo conflitos territoriais e mudanças culturais. O litoral do Rio Grande do Norte (RN), Brasil, com suas praias paradisíacas foi alvo desse turismo mercadológico que produziu territorialidades que entraram em conflito com aquelas tradicionais das vilas de pescadores artesanais, através da chegada de lógicas sócio-espaciais externas. Nesse sentido, se pretende analisar os impactos e a configuração da atividade turística em Maxaranguape-RN a partir da Ecologia Política, identificar os principais produtos turísticos e seus usos, discutir os rumos e propostas para uma transição ao turismo de base comunitária local. Para isso, se realizaram trabalhos de campo com observação participante, entrevistas, relatos etnográficos e fotodocumentação. Se concluiu que o turismo no município possui um viés economicista e é regido por empresas exógenas, porém como essa modalidade ainda não se encontra tão desenvolvida, como em outros lugares do estado, há muitas possibilidades para o desenvolvimento de um turismo de base comunitária.

Palavras-chave: Jangadeiros; Maxaranguape; pescadores artesanais; território; turismo de base comunitária.

Recepción: 29 de septiembre de 2022

Aceptación: 10 de marzo de 2023



Este trabajo se publica bajo una licencia de Creative Commons Reconocimiento-No Comercial 4.0 Internacional
© Copyright: Dorival Bonfá Neto, Isadora Natália Barreto, Lucas Gabriel Veríssimo Pinheiro da Silva, 2023.

El turisme a Maxaranguape, RN, Brasil: configuració, dilemes i propostes des de l'Ecologia Política (Resum)

El turisme és una pràctica territorial que històricament ha estat tractada i posada en pràctica amb una finalitat econòmica, produint un turisme economicista i massificat que va mercantilitzar la natura, el paisatge i l'ambient, portant conflictes territorials i canvis culturals. El litoral de Rio Grande do Norte (RN), Brasil, amb les seves platges paradisiàques, va ser objecte d'aquest turisme de mercat que va produir territorialitats que van entrar en conflicte amb aquelles tradicionals dels pobles pesquers artesanals a causa de l'arribada de lògiques socioespacials externes. En aquest sentit, es proposa analitzar els impactes i la configuració de l'activitat turística a Maxaranguape-RN des de l'Ecologia Política, identificar-ne els principals productes turístics i els usos, i discutir les direccions i propostes per a una transició al turisme comunitari. Per això, es va realitzar treball de camp amb observació participativa, entrevistes, relats etnogràfics i registres fotogràfics. Es va concloure que el turisme al municipi té un biaix econòmic i es regeix per empreses exògenes, però com que l'activitat turística encara no està tan desenvolupada com en altres llocs de l'estat, hi ha moltes possibilitats per el desenvolupament del turisme comunitari.

Paraules-clau: *Jangadeiros*; Maxaranguape; pescadors artesanals; territori; turisme comunitari.

El turismo en Maxaranguape, RN, Brasil: configuración, dilemas y propuestas desde la Ecología Política (Resumen)

El turismo es una práctica territorial que históricamente ha sido tratada y puesta en práctica con una finalidad económica, produciendo un turismo economicista y masificado que mercantilizó la naturaleza, el paisaje y el ambiente, trayendo consigo conflictos territoriales y cambios culturales. El litoral de Rio Grande do Norte (RN), Brasil, con sus playas paradisiacas, fue objeto de este turismo de mercado que produjo territorialidades que entraron en conflicto con aquellas tradicionales de los pueblos pesqueros artesanales debido a la llegada de lógicas socioespaciales externas. En ese sentido, se propone analizar los impactos y la configuración de la actividad turística en Maxaranguape-RN desde la Ecología Política, identificar los principales productos turísticos y sus usos, y discutir las direcciones y propuestas para una transición al turismo comunitario. Para esto, se realizó trabajo de campo con observación participativa, entrevistas, relatos etnográficos y registros fotográficos. Se concluyó que el turismo en el municipio tiene un sesgo económico y se rige por empresas exógenas, pero como la actividad turística aún no está tan desarrollada como en otros lugares del estado, existen muchas posibilidades para el desarrollo del turismo comunitario.

Palabras-clave: *Jangadeiros*; Maxaranguape; pescadores artesanales; territorio; turismo comunitario.

The tourism in Maxaranguape, RN, Brazil: configuration, dilemmas and proposals from Political Ecology (Abstract)

Tourism is a territorial activity that historically has been treated and practiced with an economic purpose, producing an economic and mass type of tourism that commodified nature, landscape and the environment, bringing territorial conflicts and cultural changes. The coast of Rio Grande do Norte (RN), Brazil, with its paradisiacal beaches, was the target of this market tourism, producing territorialities that conflicted with those traditional of artisanal fishing villages, through the arrival of external socio-spatial logics. In this sense, we intend to analyze the impacts and configuration of tourist activity in Maxaranguape-RN from a Political Ecology perspective; to identify the main tourist products; and to discuss the directions and proposals for a transition to local community-based tourism. For this purpose, fieldwork with participant observation, interviews and ethnographic reports were performed. We conclude that tourism in the municipality has an economic bias and is ruled by exogenous companies, but as touristic activity is not yet as developed as in other places in the state, there are many possibilities for the adoption of community-based tourism.

Keywords: *Jangadeiros*; Maxaranguape; artisanal fishermen; territory; community-based tourism.

Introdução

A Organização Mundial do Turismo (OMT) classifica o turismo como um fenômeno social, cultural e econômico relacionado com o movimento de pessoas a lugares diferentes daqueles de residência, por motivos pessoais ou profissionais¹. Historicamente, a atividade foi pensada desde um ponto de vista economicista, um motor para o desenvolvimento. Contudo, o turismo é um fenômeno sócio-espacial -conceito que faz alusão ao espaço e as suas relações sociais em conjunto, a uma realidade social total²- de deslocamento que abarca relações políticas, de poder e ambientais. Ainda que histórica e cientificamente predomine uma visão economicista sobre a atividade, atualmente ocorre uma mudança quanto a essa perspectiva³.

Dessa forma, iremos lançar mão da Geografia e da Ecologia Política (EP) em busca de compreender os fenômenos turísticos expostos⁴. Segundo Daniel Hiernaux⁵ desde a Geografia, é necessário refletir alguns aspectos do turismo como o deslocamento de pessoas, a instalação de bens e serviços, as segregações sócio-espaciais e as mudanças ambientais e culturais.

Consideramos o turismo como atividade moderna, que se expande sobretudo após os anos 1950 nos países do Sul Global, causando impactos culturais e socioeconômicos nos territórios, através do consumo de paisagem e da produção de territorialidades que pode causar exclusão, desigualdade, estratificação social, hibridizações culturais⁶ e outros impactos. Ou seja, o turismo como um importante fator para a reprodução ampliada do capital e para a mercantilização da natureza, como proposto pela Ecologia Política⁷.

No Brasil existem diversas modalidades de turismo e em diversas zonas, sendo uma das principais (para turistas nacionais e estrangeiros) o litoral Nordeste, onde tanto as praias, falésias, dunas, recifes de corais⁸, como a biodiversidade, culturas nordestinas, entre outros elementos e paisagens são produtos turísticos⁹. Ao redor dessas paisagens e ambientes que são consumidas pelos turistas se produz uma territorialidade turística que mercantiliza o ambiente, aumenta os preços, *gourmetiza* os bens de consumo acarretando em mudanças nas dinâmicas locais e tradicionais¹⁰.

¹ Esse artigo faz parte de uma pesquisa doutoral em andamento, *Território, modo de vida e pesca artesanal marítima no Brasil e na Colômbia*, pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP), sob a orientação do Prof. Dr. Júlio César Suzuki. Agradecemos ao financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a parceria com a Associação de Proteção e Conservação Ambiental Cabo de São Roque (APC).

² Souza, 2018.

³ Corbari; Azevedo; Sampaio, 2021; Hiernaux, 2008; IGAC, 2018; Silva, Holfstaetter e Alcobia, 2018.

⁴ Esse artigo faz parte de uma pesquisa doutoral em andamento, *Território, modo de vida e pesca artesanal marítima no Brasil e na Colômbia*, pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP), sob a orientação do Prof. Dr. Júlio César Suzuki. Agradecemos ao financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a parceria com a Associação de Proteção e Conservação Ambiental Cabo de São Roque (APC).

⁵ Hiernaux, 2006a.

⁶ Canclini, 2015.

⁷ Acevedo, 2016; Cañada, 2016; Fletcher, 2016; Muñoz, 2016.

⁸ Que fazem parte da 2ª maior barreira de corais do mundo que se estende do litoral do estado do Rio de Janeiro até o litoral do Ceará

⁹ Goes-Urano *et al*, 2015.

¹⁰ Coriolano, 2008.

Contudo, existem outras territorialidades sobrepostas àquelas produzidas pelo turismo, como é o caso das centenas de comunidades de pescadores artesanais que existem no litoral Nordeste do Brasil. Essas comunidades têm suas dinâmicas territoriais tradicionais afetadas pelo turismo, processo que será discutido no presente estudo de caso. Em geral, esses conflitos são causados pela descontinuidade dos modos de apropriação, usos e significações da natureza e dos serviços ambientais praticados pelas comunidades e aqueles que chegam com o turismo¹¹. Os governos geralmente apoiam a chegada desse turismo mercantilizado com incentivos fiscais e de infraestrutura, pois “partem do suposto que tais empreendimentos são propulsores de desenvolvimento. Contraditoriamente se dá um processo de descaracterização de comunidades pesqueiras para alocação da infraestrutura para o turismo”¹². Ou seja, esse discurso ignora a deterioração de práticas tradicionais, que nem sempre correspondem às lógicas de mercado, mas que permitem maior autonomia para as populações locais¹³.

Frente a esses dilemas, se realiza um estudo de caso no município de Maxaranguape, Rio Grande do Norte (RN), Brasil. Apesar de que já existem alguns estudos que abordam o turismo no local com diversas perspectivas, objetivamos realizar essa análise sob uma perspectiva geográfica e da Ecologia Política, com foco no território e nas transformações do modo de vida. Portanto, utilizando categorias da Geografia. Para isso, iremos identificar os principais atores, produtos turísticos e conflitos, compreender os principais dilemas e necessidades, para então propor uma transição a um turismo de base comunitária local.

Adotamos referenciais teóricos que se inserem em uma perspectiva da pesquisa colaborativa e crítica, assumindo um enfoque territorial interdisciplinar e anticolonial, valorizando as práticas e populações locais¹⁴. Para isso, utilizamos um enfoque qualitativo e o método materialista histórico-crítico¹⁵, que vê a realidade social como algo em constante transformação, produto de conflitos e de disputas por poder. É a análise dessas contradições que permite atingir uma síntese propositiva e de superação do estado atual das coisas. Essa abordagem está voltada para a cooperação e o desenvolvimento territorial, buscando valorizar a vida, a autonomia, a conservação da natureza, as identidades e os conhecimentos populares, em um movimento contrário a reprodução ampliada do capital, como propõe Marcos Saquet¹⁶.

Quanto aos instrumentos utilizados, muitos são provenientes da Antropologia e da Geografia Cultural, e são centrais para os estudos em Geografia do Turismo¹⁷:

a) Observação Participante, que consiste na busca pela compreensão de determinado fenômeno a partir da vivência e do contato direto com os atores e suas ações, que são complexas, potentes e com significados culturais¹⁸. O trabalho de campo, que se faz necessário nos estudos em turismo, pois “es la materia prima, el escenario donde se presentan las prácticas socio-espaciales de los turistas y de esos ‘otros’ que con los que interactúan en el acto turístico”¹⁹-, foi importante para a elaboração das informações aqui utilizadas e ocorreu em janeiro de 2021. Contou com a participação da ONG Associação

¹¹ Vilani, 2016.

¹² Coriolano, 2008, p. 3.

¹³ Corbari; Azevedo; Sampaio, 2021.

¹⁴ Leff, 2015; Saquet, 2019; Suzuki, 2013.

¹⁵ Benjamin, 1987; Moraes e Costa, 1987.

¹⁶ Saquet, 2019.

¹⁷ Hiernaux, 2008.

¹⁸ Geertz, 2008; Gomes, 2019.

¹⁹ Hiernaux, 2008, p. 7.

de Proteção e Conservação Ambiental Cabo de São Roque (APC)²⁰ que, com a sua sede no distrito de Caraúbas, vem atuando desde 2016 neste território, estando sempre em constante diálogo com os moradores e pescadores, inclusive alguns colaboradores são nativos.

b) Entrevistas semiestruturadas na sede urbana (Barra de Maxaranguape) e nos distritos de Maracajaú e Caraúbas, em janeiro de 2021, quando foram realizadas 71 entrevistas com moradores locais, sendo 13 jovens, 33 adultos e 25 idosos. Parte significativa destes entrevistados são pescadores e/ou pequenos agricultores.

c) Relato Etnográfico, com observação densa e registro contínuo no caderno de campo, realizados também em janeiro de 2021. Dentro de um giro cultural nos estudos turísticos, os estudos etnográficos são de grande relevância²¹, tanto os que abordam os impactos sobre um âmbito cultural ou aqueles que o turismo não é objeto central, mas é um elemento forte, como afirma Geertz²²;

d) Fotodocumentação, como apontam Caiuby Novaes²³ e Bonfá Neto²⁴, para a necessidade do uso de imagens fotográficas nas pesquisas etnográficas e não somente de entrevistas, para que seja expressada melhor a experiência, bem como capturados elementos intersubjetivos que as vezes não podem ser compreendidos ou demonstrados nos textos escritos.

Diante o exposto, o artigo está organizado em quatro tópicos e as considerações finais: *Turismo e Ecologia Política: novos olhares rumo à uma construção*, traça algumas ideias do campo da Ecologia Política em sua relação com o turismo; *O município de Maxaranguape*, apresenta a área de estudo, que tem a sua configuração e dinâmica turística discutidas no terceiro tópico, *O turismo em Maxaranguape*. No quarto tópico, *Algumas propostas*, se propõe uma transição a um turismo de base comunitária.

Turismo e Ecologia Política: novos olhares rumo à uma construção

Utilizamos a Ecologia Política (EP) como campo que auxilia nossa análise de uma prática e fenômeno turístico, que possui relações sociais de poder que transcendem para o ambiental e o político. A EP, que emana nas décadas de 1960 e 1970, clamando a necessidade de uma responsabilidade social pela natureza²⁵, relaciona as relações de poder, hierárquicas e de classe em torno da produção social e apropriações da natureza, compreendendo que questões políticas e socioeconômicas não podem estar alheias às questões ambientais.

²⁰ ONG fundada em 2016 que desenvolve projetos socioambientais no estado do RN. A sua principal atuação é na conservação das tartarugas marinhas, entre as praias de Muriú (Ceará-Mirim) e Maracajaú (Maxaranguape). Essa região é um berçário de tartarugas marinhas, que principalmente entre os meses de dezembro a junho realizam as desovas. A APC surgiu após a identificação dessa área pelo atual presidente Lucas Gabriel V. P. Silva, que preocupado com os impactos negativos existentes sobre os animais, fundou a ONG, que busca sempre expandir suas atividades e trabalhar junto com a comunidade em prol da conservação ambiental e da manutenção dos fatores socioculturais. Páginas online da APC: <https://www.facebook.com/apccabodesaoroque/?locale=pt_BR> e <<https://www.instagram.com/apccabodesaoroque/>>.

²¹ Hiernaux, 2006a.

²² Geertz, 2008.

²³ Caiuby Novaes, 2014.

²⁴ Bonfá Neto, 2022.

²⁵ Leff, 2015.

No Sul Global, a Ecologia Política emerge de uma política da diferença enraizada nas condições ecológicas e culturais de seus povos, suas estratégias de emancipação para a descolonização do conhecimento, a reinvenção de territórios e a reapropriação social da natureza. Esse movimento teórico vem acompanhado de práxis como o processo de construção e politização das identidades²⁶. Na América Latina, a Ecologia Política tem como foco as disputas envolvendo as populações tradicionais indígenas e também não indígenas, as quais são sujeitos ontológicos por excelência²⁷.

A Ecologia Política se dedica aos processos de transformação da natureza e seus discursos e usos resultantes, com um enfoque nas relações de poder e disputas socioambientais. Não é um campo puramente científico pois abrange saberes tradicionais e populares, que não são gerados exclusivamente nas academias²⁸. Nesse sentido, este campo analisa os conflitos que envolvem o acesso e o controle dos recursos naturais, sendo situações que envolvem o poder de acordo com os conhecimentos e as práticas culturais, que atribuem significados à natureza.

Assim, a Ecologia Política não é só para entender a natureza ontológica e política dos conflitos socioambientais e as estratégias de poder envolvida nas lutas sociais pela distribuição e acesso aos recursos ecológicos, mas para prever novos potenciais de outros conhecimentos provenientes da renovação de sistemas tradicionais de manejo e da reinvenção de identidades²⁹.

O foco nos grupos sociais e suas relações com a natureza torna os conflitos socioambientais temas centrais da Ecologia Política, bem como a politização de conceitos como cultura e natureza, que têm produzido um debate teórico e político acerca da categoria de território, que passa a ser reinventado como um lugar e um espaço da diferença e de reapropriação social da natureza³⁰. Esses debates e conflitos envolvem a defesa das condições naturais, dos valores culturais, da identidade e das práticas sociais e produtivas locais, por isso, a tríade território-territorialidade-territorialização emerge no núcleo deste campo³¹.

O debate territorial é resultado de um processo expropriador e desterritorializador em que, através da questão ambiental³² e da crise climática³³, abre um questionamento sobre a relação sociedade-natureza que na América Latina ganhou outros protagonistas, politizando os conceitos de natureza e cultura e deslocando a luta pela terra para a luta por território, em que este passa a ser visto como resultado da cultura mais biodiversidade³⁴.

O que está em jogo nos conflitos socioambientais e territoriais são os caminhos alternativos para a sustentabilidade baseados na reapropriação social da natureza e dos territórios e na (re)existência das populações tradicionais e rurais, que estão entre as mais afetadas pela expansão do turismo e pela crise ecológica intensificada por essa atividade³⁵, que se apropria de espaços e territórios tradicionais e os transforma em territórios turísticos, gerando uma série de conflitos socioambientais, relacionados aos acessos e usos das terras. De modo que, os estudos

²⁶ Porto-Gonçalves, 2012.

²⁷ Corbari; Azevedo; Sampaio, 2021; Escobar, 2015.

²⁸ Souza, 2018.

²⁹ Bonfá Neto; Suzuki, 2022.

³⁰ Escobar, 2015; Leff, 2015.

³¹ Porto-Gonçalves, 2012.

³² Bonfá Neto; Suzuki, 2022.

³³ Zaar, 2021.

³⁴ Escobar, 2015.

³⁵ Cañada, 2016; IGAC, 2018; Vilani, 2016.

de Ecologia Política aplicados ao turismo, apontam que existem ganhadores e perdedores, “Ademais, esses estudos levam em consideração que o turismo está inserido em um contexto social e econômico mais abrangente e historicamente enraizado de desigualdades, seja na escala local, nacional ou internacional³⁶”.

Dessa forma, as abordagens economicistas do turismo já não são mais suficientes para analisar a atividade³⁷. Isso vai ao encontro do pensamento de Alf Hornborg e Joan Martinez-Alier³⁸, que defendem a Ecologia Política como necessária para analisar os impactos ambientais, sobretudo em relação aos intercâmbios ecológicos desiguais. Essa perspectiva da Ecologia Política também se encaixa no dito “escovar história a contrapelo”³⁹, ou escreve-la de baixo, concebendo-a do ponto de vista dos vencidos em oposição a história do progresso, que ocultou a trajetória dos oprimidos e invisibilizados.

Para lograr essa construção da Ecologia Política (EP), partimos da Geografia (Crítica), que coloca o protagonismo em temas como justiça social, fome, contaminação, marginalização e desterritorialização, propondo que os problemas e objetivos dos estudos sejam socialmente significativos. Além disso, desde a Geografia, cabe a compreensão de que o turismo é uma “prática sociocultural de microespaços”⁴⁰, onde o turista encontra com o “outro” mediante um intercâmbio simbólico. O turismo se encontra com a EP no sentido de que o capitalismo faz dessa atividade um meio para a mercantilização dos patrimônios naturais e culturais, que ocorre sob relações coloniais de poder⁴¹. Dessa forma, são os bens e serviços ambientais que mercantilizam a cultura e a natureza, provocando crises políticas e ecológicas. Esse processo se intensificou a partir dos anos 1990, quando a desregulamentação econômica e aberturas de mercados ocasionaram um declínio da intervenção estatal em todos os setores, inclusive na produção e promoção de destinos turísticos, o que intensificou a mercantilização da natureza.

A partir de los noventa, todo parece indicar que la declinación de la intervención del Estado como promotor de nuevos destinos turísticos ha facilitado una reorientación de la mirada geográfica hacia el turismo en sí. De la misma manera que el Estado se interesa a partir de ese momento por estudiar lo que en la jerga turística se llaman los «segmentos del turismo» (componentes específicos del turismo, por ejemplo, el turismo náutico, el ecoturismo, el turismo de aventuras, el turismo de convenciones, etc.), la operación, los nuevos espacios ocupados, los impactos, etc.; temas como el turismo cultural, el turismo patrimonial y el turismo urbano son ahora inscritos en la agenda actual de la geografía turística⁴².

Daí emana uma necessidade do olhar da Geografia com foco nos impactos negativos do turismo na sociedade e na natureza. Isso vem acompanhado de uma decadência dos aportes econômicos para o turismo após os anos 1990 e o início de um olhar mais cultural, ainda que as vezes impreciso e indefinido⁴³. Nesse sentido, a Ecologia Política pretende capturar esse olhar crítico ao modo de reprodução capitalista e à mercantilização da natureza e da vida, proveniente da

³⁶ Corbari; Azevedo; Sampaio, 2021, p. 385.

³⁷ Acevedo, 2016; Hiernaux, 2006a; IGAC, 2018; Muñoz, 2016.

³⁸ Hornborg e Martinez-Alier, 2016.

³⁹ Benjamin, 1987, p. 225.

⁴⁰ Hiernaux, 2008.

⁴¹ Muñoz, 2016.

⁴² Hiernaux, 2006a, p. 413.

⁴³ IGAC, 2018.

Geografia. Também contempla uma abordagem territorial que abrangem temas culturais e identitários, e que fazem parte do chamado “giro cultural” nos estudos sobre o turismo⁴⁴.

Alejandro Palafox Muñoz⁴⁵, aponta para algumas premissas desde a Ecologia Política que podem ser utilizadas para analisar as consequências de um novo “imperialismo ecológico” que transfere o turismo às áreas com recursos naturais, como em Maxaranguape: a) expropriação das terras rurais; b) migração dos trabalhadores para as cidades; c) centralização da riqueza (terra e meios de produção) nas mãos de forasteiros.

Essas premissas convergem com Ernest Cañada⁴⁶, que pontua alguns efeitos do turismo em comunidades tradicionais/rurais, que também se confirmam para Maxaranguape: a) despossessão dos recursos naturais e desarticulação das territorialidades tradicionais, espoliação territorial por pressão do mercado, violência e deslocamento dos lugares de moradia; b) novas dinâmicas migratórias de atração ou repulsão, como a chegada de turistas, de compradores de imóveis e terrenos, migração de trabalhadores e saída dos moradores tradicionais; c) os locais ocupam trabalhos precários (por exemplo, construção civil) e, muitas vezes, temporários, com poucos ou nenhum direito trabalhista.

Rocío Meana Acevedo⁴⁷ também pontua alguns efeitos do turismo, confirmados em nosso estudo de caso: a) mudanças nos usos e preços do solo e do patrimônio; b) geração de empregos, muitas vezes informais e temporários; c) o lugar se converte em alvo de investimentos públicos e privados; d) mudança na infraestrutura local; e) inserção de novas dinâmicas no modo de vida tradicional; f) maior consumo de energia; g) transformações nas paisagens, que afetam a biodiversidade e o clima local, mercantilizando a natureza, a partir da valorização das mesmas.

Destacamos também a dimensão ambiental desses impactos – e sua relação com as mudanças climáticas antrópicas - ao indicarem algumas consequências como o desmatamento, a perda da biodiversidade, mudança nas lógicas produtivas como a expansão do agronegócio, redução dos sistemas de manejos tradicionais e mudança nos modos de vida. De modo que, algumas alternativas encontram-se em ideias que vão de encontro com as tecnologias verdes e com a financeirização da natureza, como o decrescimento, ou seja, uma ruptura com o atual modelo econômico e uma renúncia ao objetivo de crescimento ilimitado⁴⁸.

El decrecimiento económico aspira a la transición hacia una sociedad ecológicamente sostenible, en la que el desarrollo no sería medido a través de la acumulación de bienes económicos y no tendría su principal indicador en el PIB, sino según otros criterios asociados a las necesidades básicas de los individuos, como alimentación saludable, educación, salud y preservación del ecosistema⁴⁹.

Todos os impactos apontados possuem uma expressiva dimensão territorial, que concede à Geografia um papel relevante. Um grande desafio para a Ecologia Política hoje, como aponta Robert Fletcher, e que se faz presente nesse estudo de caso, é o da transição de um modelo de turismo mercantilizado e tradicional para um turismo comunitário de justiça social, com o

⁴⁴ Hiernaux, 2006a, 2008.

⁴⁵ Muñoz, 2016.

⁴⁶ Cañada, 2016.

⁴⁷ Acevedo, 2016.

⁴⁸ Zaar, 2021.

⁴⁹ Zaar, 2021, p. 23.

fortalecimento das identidades, valorização dos saberes e de conhecimentos tradicionais, e conservação ambiental.

Nesse sentido, o êxito do turismo como atividade promotora de justiça social deve ser medido pelo grau que ele contribui para produzir políticas anticapitalistas e antiliberais⁵⁰, articulado atualmente no turismo de base comunitária, que é uma reação ao turismo convencional com enfoque meramente econômico.

O turismo comunitário surge como contraposição ao chamado turismo dos resorts e dos megaempreendimentos e como forma de evitar que empreendedores externos dominem as comunidades. Algumas comunidades litorâneas maltratadas pelo processo de especulação imobiliária, em nome do turismo, criaram um novo eixo do turismo - o turismo alternativo ou comunitário, portanto associado à luta pela propriedade da terra litorânea, e gestado por comunidades⁵¹.

Na prática, a Ecologia Política defende temas gerais que possuem relação direta com o turismo, através da interpretação de teorias híbridas que combatam os elementos hegemônicos comuns (neoliberalismo, fascismo, racismos, colonialismos), e da defesa de alguns temas como: reforma agrária, justiça social, empoderamento feminino e igualdade de gênero, produção orgânica, policultivos, cooperativismo e associativismo, turismo de base comunitária, economia solidária, consumo consciente, decrescimento e valorização dos saberes tradicionais. O último tópico contempla algumas propostas para o turismo local que se enquadram nessas perspectivas.

Portanto, articulamos Ecologia Política, território e turismo num sentido que o campo propõe novas relações de poder e com a natureza que não sejam sob uma lógica de mercado. A Geografia constrói um papel importante nesse encontro sobretudo porque o turismo é um fenômeno territorial. Dentro da Ecologia Política, a Geografia aparece como ciência de ação e proposição, tal ação que já se vem construindo no turismo a partir de cooperativas, associações de moradores e outras instituições comunitárias que estão tomando frente e assumindo alguns setores do turismo. Acreditamos que essa luta também vai muito além do turismo como prática e como fenômeno, pois também envolve a questão ambiental e de conservação, uma vez que o modo de vida e as práticas tradicionais comunitárias são mais conservacionistas e não operam com as mesmas lógicas capitalistas depredadoras.

O município de Maxaranguape-RN

Maxaranguape está localizado nas coordenadas 5° 30' 59" Sul e 35° 15' 45" Oeste, a 54 quilômetros da capital Natal, contando com uma área aproximada de 132,129 km², um IDH de 0,608 (médio) e uma população de aproximadamente 12.500 habitantes⁵². O município emancipou-se em 1958, desmembrando-se de Touros. A divisão administrativa consiste na sede urbana, Barra de Maxaranguape (área mais urbanizada e onde estão as principais instituições como a prefeitura, a maioria das instituições de ensino e os estabelecimentos comerciais), e três distritos rurais, sendo os dois primeiros também litorâneos: Caraúbas (onde há a presença de um menor número de estabelecimentos comerciais e serviços), Maracajaú (onde está concentrado os equipamentos de turismo, como complexos de lazer, hotéis e pousadas, pois ainda não existem

⁵⁰ Fletcher, 2016.

⁵¹ Coriolano, 2008, p. 5.

⁵² IBGE, 2021.

resorts no município) e Dom Marcolino (localizado no interior, onde há uma presença mais forte da agricultura familiar e existem alguns assentamentos de Reforma Agrária) (Figura 1).

Figura 1. Localização do município de Maxaranguape, Rio Grande do Norte, Brasil



Fuente: Elaboração própria.

Tanto na sede municipal quanto nos dois distritos rurais litorâneos, a pesca configura-se como uma das atividades principais, juntamente com o setor serviços (sobretudo aqueles envolvendo a prefeitura e o turismo) e o da agricultura (pequenos cultivos próximos aos distritos e nos assentamentos). O município é considerado de população tradicional de pescadores artesanais, os chamados jangadeiros. Seu povoamento mantém como base e unidade territorial características do que Antonio Candido⁵³ chamou de *bairro*, que é a estrutura fundamental da sociabilidade, constituído pelo agrupamento de algumas ou várias famílias que estão pouco ou muito vinculadas pelo sentimento de pertencimento ao lugar, pela convivência cotidiana, em atividades lúdico-religiosas, de trabalho coletivo, de cooperação e ajuda mútua.

Além disso, há a presença dos ranchos (Figura 2), importantes lugares de socialização e convivência para a comunidade, sobretudo para os pescadores, que o utilizam para lazer e trabalhos pesqueiros. A presença desses ranchos demonstra a ocupação tradicional dos jangadeiros, que são os pescadores artesanais localizados entre a Bahia e o norte do Ceará,

⁵³ Candido, 2010.

constituídos a partir de tradições indígenas, africanas e europeias, que utilizam a jangada como embarcação e técnicas pesqueiras artesanais, como a linha com anzol, a rede de fundo, o tresmalho, o arpão, a tarrafa e armadilhas⁵⁴. Essas comunidades tradicionais estabeleceram uma relação íntima com a natureza, pois seus modos de vida estão completamente relacionados com os ciclos naturais, como as estações do ano, fases da lua, marés e condições meteorológicas, tendo, dessa forma, a natureza como um elemento de imediação do modo de vida⁵⁵. Além disso, possuem rígidas relações de parentesco, vizinhança, solidariedade, cooperação e ajuda mútua⁵⁶.

Figura 2. Ranchos de pesca, Caraúbas, Maxaranguape



Fuente: Foto de Dorival Bonfá Neto, 5 jan. 2021.

Cada comunidade do município se territorializa a partir da apropriação do mar, da praia e de uma faixa de terra, e essa apropriação se conjuga com a identidade do lugar⁵⁷. Além disso, essa apropriação territorial garante a manutenção da biodiversidade, das praias etc. que ainda não foram completamente ocupadas por hotéis, *resorts*, restaurantes, grandes casas etc., como se observa em outras regiões do estado do Rio Grande do Norte.

No entanto, muitas dessas relações em torno do modo de vida tradicional tem sido alteradas pela expansão e chegada de novas dinâmicas territoriais, que mercantilizam o ambiente e provocam diversas transformações no modo de vida da população local, como aquelas relacionadas ao turismo, a outros serviços e comércios, à expansão das salineiras, dos parques eólicos etc.

Maxaranguape faz parte do polo turístico “Costa das Dunas”, que também abrange cerca de 21 municípios do litoral do RN, alguns deles estão localizados ao norte de Natal: Ceará-Mirim, Rio do Fogo, Touros e São Miguel do Gostoso. Entre os anos 2000 e 2013, foram identificados um total de R\$ 379.113.589 em investimentos estrangeiros nesses cinco municípios, onde havia

⁵⁴ Mussolini, 1953; Woortmann, 1992.

⁵⁵ Suzuki, 2013.

⁵⁶ Bonfá Neto, 2022; Candido, 2010.

⁵⁷ Woortmann, 2007.

áreas disponíveis pouco ocupadas e a preços mais acessíveis. Maxaranguape englobou 30% dessas transações e 60% dos valores investidos⁵⁸.

Ary Santos Júnior identificou algumas características desses investimentos: os principais investidores são espanhóis, italianos, noruegueses, ingleses e portugueses; 81% dos investimentos se concentraram em compra de terras sem nenhum tipo de beneficiamento, que receberam condomínios fechados ou algum tipo de especulação, como loteamentos (por exemplo, o “Farol de Maracajaú”); 14% dos investimentos foram feitos em chalés; 4% em casas, utilizadas como segundas residências; os prédios residenciais receberam 1% dos investimentos. Quanto aos vendedores dos imóveis em Maxaranguape, 56% dos antigos proprietários eram de Natal, 12% de Maxaranguape, 8% de Extremoz, 7% de Nísia Floresta e 17% de outros lugares⁵⁹.

Dessa maneira, o setor turístico no município é dominado por empresas privadas, muitas vezes de proprietários estrangeiros, o que gera condições satisfatórias para a dinamização do segmento imobiliário, que se associa com a expansão do turismo, acentuando conflitos sócio-espaciais. Acreditamos que devido a configuração sócio-espacial deste município, bem como de outros da região, ocupados por comunidades tradicionais de pescadores (e em menor grau, agricultores), o turismo de base comunitária seria uma fonte de renda e emprego condizente com os aspectos culturais tradicionais da região, que valorizaria o potencial turístico local, associado com a conservação do patrimônio cultural e do ambiente. Isso já tem sido demonstrado em pequenas experiências com o turismo nas lagoas (Peracabú, da Mazza, do Pachico etc.).

O turismo em Maxaranguape

O litoral potiguar tem uma rede urbana constituída por cidades de pequeno e médio porte (exceto Natal, a capital do estado), que compreende a sede municipal (urbana) e seus distritos ou “vilas de pescadores” (rurais), onde se destacam a pesca artesanal, e, mais recentemente, o turismo. É um território com uma grande diversidade cultural e socioambiental, que embora tenha tido uma ocupação ancestral (com considerável degradação ambiental, causada pelos monocultivos canavieiros, expansão urbana e turismo), os pescadores e habitantes locais mantêm muitos ambientes em ótimo estado de conservação. Esse contexto se contrapõe com outros lugares marcados pela presença do turismo massivo e de grandes *resorts*, que são importantes focos receptores⁶⁰ em escala nacional, como Natal, São Miguel do Gostoso e Pipa, e que, por isso, se encontram mais degradados ambientalmente⁶¹ e com as comunidades tradicionais mais hibridizadas⁶².

No litoral do estado do Rio Grande do Norte, o turismo está entre as principais atividades econômicas, juntamente com a pesca, a extração de sal marinho e de petróleo, a geração de energia eólica, a carcinocultura e a monocultura canavieira⁶³. Entre os equipamentos turísticos, os de maiores impactos a nível regional são os *resorts*, cuja maioria está na costa Nordeste, mas também grandes hotéis e pousadas, que se instalam em função das praias com arrecifes, dunas,

⁵⁸ Fonseca e Janoschka, 2018.

⁵⁹ Santos Júnior, 2015.

⁶⁰ Callizo, 1991.

⁶¹ Goes-Urano *et al.*, 2015; Silva, Holfstaetter e Alcobia, 2018.

⁶² Canclini, 2015.

⁶³ Medeiros Júnior, 2017.

falésias e culturas tradicionais⁶⁴, sem considerar que essas praias são ocupadas ancestralmente por comunidades de jangadeiros, as mais afetadas por esses empreendimentos⁶⁵.

Em Maxaranguape, há um crescimento no turismo regido sobretudo por empresários, fato que altera a disponibilidade dos produtos, a demanda e o consumo local⁶⁶. O município possui como atrativos, suas praias, falésias e recifes de corais, configurando um “turismo de mar e praia”⁶⁷. Nesse sentido, a principal motivação para ir a Maxaranguape é o *heliotropismo*, “la practica turística que se caracteriza por sol y playa y el desarrollo alrededor de una infraestructura que facilitó las actividades de ocio y recreación”⁶⁸.

Como a mobilidade turística se faz segundo diferenças espaciais e temporais⁶⁹, atualmente a maior parte dos turistas chegam ao local para visitas, excursões de um dia, viagens a segunda residência (finais de semana ou férias), breve ou largos períodos de férias, viagens estacionais por trabalho ou por aposentadoria à segunda residência, ou por mudança permanente (aposentadoria ou emprego). As épocas do ano mais requisitadas são os meses de dezembro a fevereiro e julho. E a maior parte do turismo é nacional.

Esse turismo chegou no município de maneira mais intensa após os anos 1980, com o estabelecimento dos primeiros veranistas. Foi quando as territorialidades tradicionais começam a sofrer transformações, sobretudo com a valorização e expropriação das terras locais e dos territórios pesqueiros, e a redução das atividades primárias - sobretudo da agricultura - devido à perda das terras. Nos anos 2000 o turismo se intensificou com a chegada dos estabelecimentos de lazer e dos operadores de turismo⁷⁰, bem como um aumento das inversões estrangeiras, sobretudo para compra de terras e casas de veraneio⁷¹.

Ellen Woortmann identificou uma tendência desterritorializadora nas comunidades pesqueiras do estado do Rio Grande do Norte já nos anos 1980, pautada na perda das terras e redução das atividades primárias, na modernização e chegada do turismo que se intensificava e que afetaria sobretudo as mulheres, e em níveis diferentes, todas as comunidades de pescadores da região. Esta antropóloga também afirma que nos anos 1960, 1970 e 1980 houve uma “corrida” aos cartórios para registrar as terras, fato que excluiu os pescadores, quando os “proprietários” se apossaram de suas supostas propriedades⁷².

Dessa maneira, o desenvolvimento técnico relacionado ao fenômeno turístico, observado nas últimas décadas, contribuiu para intensificar os fluxos populacionais. No entanto, o deslocamento de turistas/migrantes, motivados pela prática do lazer e pela aquisição de segunda residência (chamados veranistas), intensificou os conflitos pelo uso do território decorrentes da valorização do uso do solo propiciado pela dinamização do mercado imobiliário proveniente das práticas do turismo e do lazer⁷³.

⁶⁴ Coriolano, 2008.

⁶⁵ Vilani, 2016.

⁶⁶ Callizo, 1991.

⁶⁷ Hiernaux, 2008.

⁶⁸ IGAC, 2018, p. 13.

⁶⁹ Hiernaux, 2006a.

⁷⁰ Goes-Urano *et al.*, 2015.

⁷¹ Fonseca e Janoschka, 2018; Santos Júnior, 2015.

⁷² Woortmann, 2007.

⁷³ Fonseca e Janoschka, 2018.

O **distrito de Maracajaú** concentra a maior parte dos empreendimentos turísticos. Ainda que não haja nenhum *resort* há dois grandes complexos de lazer com restaurantes, que operam os passeios (com lanchas ou catamarãs para os Parrachos) e a presença de ônibus e vans de transporte turístico. Na faixa de praia, existem 12 pequenos ranchos de pesca, algumas casas (de nativos e veranistas), dois condomínios residenciais e 16 restaurantes, pousadas, parques ou estabelecimentos comerciais relativamente maiores. Um desses condomínios, o Paraíso de Maracajaú 1, foi um empreendimento financiado por noruegueses e vendido a este mercado como segunda residência, de modo que “os noruegueses, no caso de Maxaranguape são investidores e também consumidores das segundas residências construídas geralmente em condomínios fechados”⁷⁴.

Assim, é nesse âmbito, que a territorialidade vinculada ao turismo tem sido mais forte, visível pela intensa ocupação e movimentação na vila em função da atividade. O solo foi valorizado a través da especulação de compra e venda de terras, estimando-se que entre 2000 e 2013 foram aplicados em investimentos estrangeiros um montante de R\$ 123.227.319⁷⁵. O problema é que, apesar de que o turismo ainda não está em fase avançada, esses empreendimentos ocupam grandes porções do solo desse distrito e excluem a comunidade local do processo turístico que é protagonizado por iniciativas privadas exógenas:

[...] campo que a maioria das empresas que atuam na comunidade tem como principal objetivo a exploração turística dos recifes de corais, o que limita parte expressiva dos recursos advindos do turismo às empresas ligadas aos serviços marítimos, ou seja, que comercializam os passeios nos *parrachos*. Maracajaú serve apenas como um local de apoio para os estabelecimentos das empresas que realizam os mergulhos, não havendo benefícios significativos para a localidade⁷⁶.

Com relação a **Barra de Maxaranguape**, a sede municipal e única área urbana, também é possível encontrar alguns equipamentos para o turismo, como pousadas, embora de menor tamanho. Estima-se que entre 2000 e 2013 foram aplicados na localidade um montante de R\$ 2.471.000⁷⁷, quantidade muito inferior aquelas aplicadas em Maracajaú e Caraúbas. A ocupação em frente à praia de Barra é constituída por dois ranchos de pesca, casas (de moradores e veranistas), cinco quiosques, mercado público (com restaurantes), que ficam próximo ao estuário do Rio Maxaranguape e ao porto, não havendo condomínios fechados, tampouco grandes restaurantes, pousadas ou outro tipo de estabelecimento comercial relativamente grande em frente à praia. É neste distrito onde habitam a maioria dos pescadores e jangadeiros. Também é onde se manifestam mais fortemente as territorialidades da pesca industrial, da agroindústria e monocultura, portanto, é onde o modo de vida tradicional está mais híbrido, em comparação com distritos que se encontram nas zonas rurais.

O **distrito de Caraúbas** tampouco possui grandes estabelecimentos de serviços para o turismo, sendo um lugar ocupado basicamente por habitantes locais e suas atividades, porém há algumas casas de veranistas. Estima-se que entre 2000 e 2013 esta localidade recebeu um montante de R\$ 31.766.0714 em investimentos estrangeiros, sobretudo para a compra de segundas residências, já que o valor do solo era inferior ao do distrito de Maracajaú⁷⁸. Em frente à praia existem seis quiosques, oito ranchos, algumas casas (de veranistas e nativos) e nenhum grande

⁷⁴ Santos Júnior, 2015, p. 99.

⁷⁵ Santos Júnior, 2015.

⁷⁶ Goes-Urano *et al*, 2015, p.587-588.

⁷⁷ Santos Júnior, 2015.

⁷⁸ Santos Júnior, 2015.

restaurante, pousada ou outro tipo de estabelecimento comercial relativamente grande. Caraúbas pode ser considerada, segundo os próprios habitantes locais, como a “mais tradicional” das aglomerações e a que sofreu um menor processo de transformação, fato que também é visto como uma desvantagem ou um “atraso” da vila em relação às outras. Segundo testemunhos e conversas informais, que tentam evocar as superstições, Caraúbas foi o distrito que menos se desenvolveu devido a que sua igreja está de costas para o mar, fato que lhe retirou a prosperidade.

Cabe ressaltar que muitos veranistas já são considerados habitantes locais, porque se mudaram para este distrito após suas aposentadorias (outra modalidade importante). Porém, como adverte Callizo⁷⁹, as residências secundárias (veranistas) podem ser vistas como uma forma de investimento, e sua expansão gera um processo de especulação imobiliária que acaba por fortalecer os proprietários maiores e aumentar o preço do solo.

Atualmente, os principais pontos turísticos de Maxaranguape são elementos naturais que se colocam como atrativos por meio do consumo da paisagem e desse espaço turístico que é produzido e que possui valor de uso e de troca⁸⁰.

Segundo nosso levantamento, os principais atrativos turísticos são:

I) As praias com falésias (Figura 3), *beachrocks*⁸¹ (Figura 4), dunas e vegetação chamada “cerrado potiguar”, uma zona de transição entre os biomas úmido e semiárido. As praias mais visitadas são as de Maracajaú, Caraúbas e Maxaranguape, com a presença de barracas -que oferecem serviços de alimentos e bebidas-, e “bugueiros” -condutores de *buggys* que realizam passeios pelas praias- que se transformam no principal meio de transporte de turistas na rede de lugares turísticos do litoral norte potiguar. Os passeios pelas praias também são oferecidos a cavalo ou a quadrículo.

⁷⁹ Callizo, 1991.

⁸⁰ Callizo, 1991.

⁸¹ Rochas formadas por sedimentos depositados na praia e que tiveram precipitação de carbonato de cálcio entre os grãos. Essas rochas ficam submersas e eventualmente afloram durante as marés baixas. As *beachrocks* têm grande importância ecológica, pois criam ambientes propícios para altas concentração de peixes e mexilhões, sendo um ambiente atrativo para marisqueiras e pescadores.

Figura 3. Falésias na praia de Caraúbas



Fuente: Foto de Dorival Bonfá Neto, 12 jan. 2021.

OBS: As falésias ocupam boa parte da orla do município de Maxaranguape.

Figura 4. Pessoas pescando nas *beachrocks*, Barra de Maxaranguape



Fuente: Foto de Dorival Bonfá Neto, 13 jan. 2021.

OBS: É normal que locais e turistas utilizem as *beachrocks* para praticar a pesca esportiva. Há também as chamadas marisqueiras, mulheres pescadoras que coletam moluscos e crustáceos nesses ambientes.

II) Os “Parrachos de Maracajaú” (Figura 5), um recife de coral localizado a 7 km da praia onde é feito mergulhos recreativos (com *snorkel* ou com cilindro), sendo considerado um dos principais atrativos do Rio Grande do Norte. Boa parte dos visitantes ficam hospedados em Natal e fazem o passeio de um dia para lá, sendo, portanto, “excursionistas”⁸², mas que estão diretamente envolvidos no fenômeno do turismo. Esse turismo é feito mediante lanchas, escunas e catamarãs que saem de Maracajaú e que pertencem em grande parte às empresas forâneas. Os Parrachos fazem parte de uma Unidade de Conservação (UC) denominada Área de Proteção Ambiental Recifes de Corais (APARC)⁸³, criada em 2001 (Decreto Estadual nº 15.476) que abrange os municípios de Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros. É mantida pelo estado do Rio Grande do Norte e para a sua visitação   necessário pagar uma taxa de manutenção, que é destinada à conservação dos recifes de corais e dos bancos de algas, e   ordenação do turismo e da pesca neste âmbito.

Há um limite em relação ao número de visitantes, estabelecido pelo Instituto de Desenvolvimento e Meio Ambiente do RN (IDEMA), com cotas divididas entre os habitantes locais (28 embarcações com uma cota de até 9 pessoas por dia e embarcação) e empresários forâneos (com uma cota de até 105 pessoas por dia e embarcação, sendo que alguns possuem mais de uma empresa e embarcação).

Figura 5. Parrachos de Maracajaú



Fonte: Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN (IDEMA)

<<http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=944&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=Materia>>.

III)  rvore do amor (Figura 6): a gameleira é um ponto de passagem rápida dos turistas sobretudo para tirarem fotos. No local há uma barraca que comercializa alimentos e alguns *souvenirs*.

⁸² Para a OMT (2022) turistas são aqueles que pernoitam, caso não pernoitam, são excursionistas.

⁸³ Mapas da APARC disponíveis em:

<<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC00000000034190.PDF>>;

<<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC00000000034191.PDF>>.

Figura 6. Árvore do Amor, Maxaranguape



Fuente: Foto de Dorival Bonfá Neto, 25 jan. 2018.

IV) Farol do cabo de São Roque (Figura 7): é considerado, junto com a árvore do amor, o símbolo da região, mas também é um ponto de passagem rápida, sobretudo para as fotos.

Figura 7. Cabo de São Roque, Maxaranguape



Fuente: Foto de Lucas Gabriel V. P. Silva, jun. 2021.

V) As lagoas – das Pedras (Figura 8), do Mizael, do Peracabú, da Mazza, Vermelha, do Pachico⁸⁴, Lagoinha, do Vital (Figura 9), do Morro, Seca, Cocho, Baião, Muçu, Cotia etc. – que são abastecidas pelas águas das chuvas absorvidas pelas dunas e afloram no lençol freático. Esses ambientes são responsáveis por suprir economicamente diversas famílias de Maxaranguape, sendo visitadas sobretudo aos finais de semana e onde a comunidade construiu quiosques de palha para oferecer refeições da culinária local (peixe, camarão, polvo, arraia, macaxeira etc.), coquetéis de frutas, além de serviços de fotografia e passeios atrativos de lazer.

Figura 8. Lagoa das Pedras, Caraúbas, Maxaranguape



Fuente: Foto: Lucas Gabriel V. P. Silva, jul. 2021.

⁸⁴ A lagoa leva esse nome porque o Francisco, embora não fosse o dono do terreno onde está a lagoa, era uma pessoa solidária e que criou muitas pessoas como filhos, então ficou conhecido como Pai Chico (Pai Francisco) e chamam Pachico, mas as terras onde ele plantava, que envolvem a lagoa e seus arredores foram empossadas pelos “donos” e os descendentes de Francisco não herdaram nada.

Figura 9. Lagoa do Vital, Caraúbas, Maxaranguape



Fuente: Foto de Eduarda Martins (APC), jun. 2019.

Os principais atores do turismo, estão o Estado, os “bugueiros”, as agências e os operadores de turismo, os proprietários dos estabelecimentos, os proprietários dos barcos que levam os turistas para os Parrachos, e os trabalhadores (grande parte da mão de obra é local). Evidenciamos que o aumento do turismo também intensifica a construção civil, em muitas entrevistas os sujeitos afirmaram também serem pedreiros.

A prefeitura municipal tem incentivado o turismo. Nessa perspectiva, no *Plano de Governo de Maxaranguape (2020)*, a cidade é colocada como modelo para o turismo sustentável, e esse é considerado não como um fim, mais como “um meio, um poderoso meio para o desenvolvimento econômico e social de nossa gente”⁸⁵. Para isto, existem incentivos destinados ao setor privado, com “ações educativas e de qualificação dos empreendimentos de todos os segmentos do setor, visando a atuação sincronizada em cadeia e o grau máximo de profissionalização de cada segmento”⁸⁶. Neste documento, se pretende aumentar a divulgação internacional de Maxaranguape, construir centrais de atendimento ao turista e potencializar (com incentivos fiscais) o turismo rural, nas comunidades e nas lagoas. Dessa forma, não existe uma disposição para realizar qualquer mudança nas bases do turismo, tal qual elas se encontram hoje. Tampouco se menciona a relação da atividade com a degradação ambiental.

Acreditamos que os hotéis, restaurantes, empresas de transportes, operadores e todos aqueles relacionados com a prestação de serviços para o turismo operam sob um modelo que mercantiliza a paisagem e a cultura, excluindo a população local. Esse turismo causa a inserção de novas dinâmicas de acumulação no território, que entram em conflito com as práticas tradicionais locais:

A su vez, este desplazamiento implica reconfigurar los territorios en función de las nuevas dinámicas de acumulación, y supone, por lo tanto, la puesta en marcha de procesos

⁸⁵ Plano de Governo de Maxaranguape, 2020, p. 19.

⁸⁶ Plano de Governo de Maxaranguape, 2020, p. 9.

transformación de esos espacios y de los diferentes grupos sociales presentes en los mismos, así como de su organización territorial. Son parte de una dinámica global de refuncionalización espacial en base a las lógicas de acumulación⁸⁷.

Nesse sentido, há um conflito de temporalidades, pois o tempo das sociedades urbanas é diferente do tempo de sociedades rurais, aquele implica movimento, velocidade:

Os ritmos lentos da transformação das sociedades tradicionais remetiam a uma vida tranquila, ao peso da tradição, à onipresença da memória e da continuidade que impunham as mesmas formas e os mesmos espaços de vida, de geração em geração. Em outras palavras, as possibilidades de mudança eram poucas e se manifestavam, isso era a longo prazo⁸⁸.

Quando um lugar de moradia passa a receber turistas e veranistas, chegam novas temporalidades, com menor presença do passado no presente, isso é, da tradição, fazendo com que os costumes se modifiquem à medida que ocorre a associação de outros parâmetros e modelos. Dessa forma, o turismo causa hibridizações culturais⁸⁹ e mudanças nas lógicas produtivas locais: “la homogeneización y *estandarización* cultural, la aniquilación de los ritmos vitales de la sociedad rural. En una palabra: la despersonalización”⁹⁰.

Então, essa turistificação nos territórios tradicionais e nos espaços de residências traz mudanças, entre as quais algumas foram ressaltadas nas entrevistas:

- Mudanças nos usos do solo devido à redução da vegetação nativa e dos cultivos tradicionais, muitos deles realizados em “terras comuns”, mas que foram empossadas aos “donos” estrangeiros às comunidades, ou vendidas a preços irrisórios, causando a expansão dos monocultivos. Esse processo apareceu nos testemunhos das entrevistas e também foi observado por Ellen Woortmann, que o chamou de “corrida aos cartórios”, por parte de oligarquias e políticos para registarem as terras, utilizadas até então pelas populações tradicionais. Esse fato reduziu as áreas de cultivo e extrativismo e os territórios pesqueiros nas praias, e introduziu uma lógica monetária nas comunidades, que se consolidou nos anos 1970 e 1980⁹¹.
- Aumento de construções próximas às praias bem como incremento das redes de circulação, além da expansão dos estabelecimentos turísticos de proprietários exógenos, sobretudo após os anos 1990 e 2000⁹². Os nativos vendiam seus terrenos mais próximos as praias a preços irrisórios, muitas vezes a estrangeiros. Como consequência, as famílias de pescadores passaram a morar mais longe da praia, e no lugar onde se situavam suas moradias surgem os condomínios fechados ou conjuntos residenciais.
- Afastamento dos sujeitos locais, sobretudo da população jovem, de muitas dinâmicas temporais e espaciais que possuíam uma relação mais íntima com a natureza, em que seus elementos como a lua, a maré, as estações do ano e as condições meteorológicas ditavam importante papel no ritmo do modo de vida, hoje mais influenciado pelo ritmo da produção e do mercado, devido à redução de práticas tradicionais, como agricultura, artesanato e pesca;

⁸⁷ Cañada, 2016, p. 12.

⁸⁸ Hiernaux, 2006b, p. 201.

⁸⁹ Canclini, 2015.

⁹⁰ Callizo, 1991, p. 157.

⁹¹ Woortmann, 1992.

⁹² Santos Júnior, 2015.

- A diminuição no número de pescados (atribuído ao trânsito e poluição no mar), que causa migração da população local de atividades primárias para terciárias, muitas vezes precárias e sem registro trabalhista;
- Enfraquecimento de atividades comunitárias e de ajuda mútua, como diminuição das festas, canções, atividades culturais folclóricas (por exemplo, a redução das rendeiras) e mutirões. Esse fenômeno é associado com a expropriação da terra que sofreram os habitantes locais e que se intensificou com o turismo. Por isso, registramos e ressaltamos, em artigo próprio⁹³, a importância da pesca da puxada de rede, ou “arrastão”, que ainda é praticada e resulta no compartilhamento do pescado que auxilia na segurança alimentar.
- Uma redução do papel dos mitos e das lendas, inclusive de seus papéis nos sistemas de manejo e na regulação das atividades produtivas como a pesca artesanal e a agricultura;
- Chegada de novas dinâmicas sócio-espaciais, como maior lógica mercantil e poder do dinheiro, que acarretam no aumento da violência, do narcotráfico, da atuação das facções criminosas, consumo de drogas e álcool e da prostituição.
- Em algumas situações há uma mercantilização e valorização dos recursos pesqueiros, essenciais para a segurança alimentar local. No entanto, entre os pescadores locais, ainda predominam práticas de compartilhar os pescados e presentear-los a outros moradores.

Embora focamos nos problemas socioculturais, que, muitas vezes, estão inclusos nos problemas ambientais, outros problemas ambientais relevantes são o trânsito de veículos nas praias, sobretudo por serem zonas de desovas de algumas espécies de tartarugas marinhas, bem como o branqueamento dos corais. Nesse sentido, a Associação de Proteção e Conservação Ambiental Cabo de São Roque mostra uma clara preocupação com esse conflito na área onde monitora as atividades reprodutivas das tartarugas marinhas, devido aos riscos possíveis para a conservação desses animais. Por falta de uma legislação que proíba o trânsito de veículos, se realiza, com o apoio da comunidade que utiliza essas áreas para pesca e lazer, ações de sensibilização aos condutores de veículos. O trabalho desenvolvido consiste na sensibilização dos nativos e dos turistas para a conservação ambiental, além disso, há como premissa básica a educação através da identidade, em que é preciso que a comunidade reconheça e se sinta responsável pelo seu entorno.

A reprodução do turismo em Maxaranguape provocou e ainda provoca a “acumulação por expropriação”, que segundo Samir Amin⁹⁴, na periferia ocorre por meio da despossessão do campesinato e pilhagem dos recursos naturais, que seriam temas centrais também para a questão agrária. Porém, o turismo local vai além disso ao gerar encontros interpessoais carregados com cargas simbólicas das quais derivam práticas sócio-espaciais distintas por parte dos habitantes locais, como a adoção de distintos padrões de consumo e mudanças na arquitetura local, além de outras transformações no modo de vida (que por muitos anos foram agricultores e pescadores). Também há uma geração de percepções locais sobre a perda de coesão e vínculos sociais pela migração trazida pelo turismo, como por exemplo, mudanças na percepção sobre a segurança, e também sobre os impactos gerados pelo turismo, como a precarização laboral, o aumento do custo de vida e do valor das propriedades, sobretudo aquelas mais próximas às praias.

⁹³ Bonfá Neto, 2022.

⁹⁴ Amin, 2009.

Algumas propostas

O turismo exige uma infraestrutura de transporte, estrutura para alojamento e pouso, além de equipamentos que proporcionem a prática de atividades de lazer durante a estância. Tudo isso tem consequências espaciais, culturais, sociais e econômicas para os habitantes locais, como o consumo de espaço, mas também uma possibilidade de desenvolvimento territorial autônomo e em prol da melhora da qualidade de vida local, como propõe Saquet⁹⁵.

Acreditamos que um turismo com efeito benéfico deve ser pensado junto com o desenvolvimento territorial e deve ocorrer de forma alternativa, contra hegemônica e contra a reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, como o turismo em Maxaranguape ainda não está tão avançado, abrem-se possibilidades, como demonstram Goes Urano *et al*:

[...] se a inserção e participação da comunidade na atividade turística forem bem planejadas, existe a possibilidade de um desenvolvimento equilibrado para a Vila, sem que haja transformações significativamente negativas para ela. A localidade ainda não tem instalações turísticas de médio e grande porte, portanto, é possível o desenvolvimento da atividade abrangendo os três principais pilares da sustentabilidade [...]⁹⁶.

O problema é que a região já é alvo de especulações para a construção de médios e grandes hotéis, *resorts* e outros tipos de estabelecimentos turísticos, como já tem recebido investimentos estrangeiros⁹⁷.

Dentro das discussões aqui realizadas, foi possível identificar alguns caminhos e propostas para os rumos da atividade, que se inserem na perspectiva territorial desde a Ecologia Política, em que a prática turística é desenvolvida com fim na justiça social, no fortalecimento das identidades e práticas tradicionais, redução das vulnerabilidades socioeconômicas, auxílio na luta pela posse da terra e na conservação ambiental.

A princípio é necessário expor alguns pressupostos, baseados em tudo que foi discutido, nas experiências reais e ideias que podem ser trabalhadas:

- As necessidades da população local e de conservação ambiental devem sempre serem pensadas antes das necessidades dos turistas;
- Se algum território apresenta algum tipo de vulnerabilidade social, o turismo não deve ser implementado antes que a solucione, a não ser que seja alguma espécie de turismo regenerativo⁹⁸;
- Apontamos para a necessidade de um controle e planejamento estatal para a atividade turística, inclusive para o de base comunitária. Uma proposta mais utópica, sobretudo em países latino-americanos controlados por elites que inviabilizam grandes mudanças políticas, seria nacionalizar os recursos naturais⁹⁹, ou demarcar os territórios para as populações tradicionais, como solução para problemas como a despossessão do campesinato e o uso insustentável dos recursos naturais.

⁹⁵ Saquet, 2019.

⁹⁶ Goes Urano *et al*, 2015, p.588.

⁹⁷ Fonseca e Janoschka, 2018; Santos Júnior, 2015.

⁹⁸ Sobre o turismo regenerativo e algumas experiências exitosas consultar SÁNCHEZ, María Camila. *Turismo regenerativo: la nueva era de los viajes*. Radio Nacional de Colombia, 2022. Disponível em: <<https://www.radionacional.co/cultura/turismo/turismo-regenerativo-que-es>>.

⁹⁹ Amin, 2009.

- Não consideramos que o “turismo sustentável” ou o ecoturismo empresarial sejam a solução para os problemas turismo/cultura/ambiente pois esses estão sob uma lógica neoliberal em que o Estado transmite às empresas a obrigação de conservar o ambiente. Essas modalidades de turismo estão entre as principais impulsionadoras do neoliberalismo global, pois expandem estes princípios aos fenômenos, paisagens e territórios¹⁰⁰. Nessa lógica de desenvolvimento ocorrem mudanças nos ecossistemas, nos climas, redução da biodiversidade, dos solos férteis e, conseqüentemente, na segurança alimentar¹⁰¹.
- O turismo deve focar em públicos diversos, atraindo também pessoas de baixos e médios ingressos, assim como os aparelhos de lazer devem ser pensados primeiramente para a população local e regional, devendo haver participação cidadã nas escolhas.
- São necessários também estudos técnicos para a implementação de novos modelos turísticos, como capacidade de carga, licenciamento ambiental etc. Isso para qualquer modalidade de turismo. Este processo não deve deixar de lado o conhecimento da população local e sua história, que, com seus conhecimentos tradicionais, deve participar na gestão do território e implementação do turismo.

Em questão de organização do turismo, elaboramos algumas propostas que podem conduzir a caminhos com mais justiça social e ambiental, menor mercantilização da natureza e da cultura:

- Em escala regional para o Nordeste Brasileiro, seria viável pensar a ideia de decrescimento¹⁰², não como crescimento negativo, mas rumo a uma mudança de lógica que não seja ambientalmente degradante, socialmente desigual e economicamente injusta, uma vez que muitos lugares já se encontram sobre explorados. Pois, caso continue esse modelo de desenvolvimento, o meio que o sustenta será destruído. O decrescimento então, demanda convergir esforços de muitos atores para implantar valores distintos aos dominantes, por meio de processos educativos e de conscientização que estimulem novas formas de consumo e oferta, em que o uso dos recursos seja mais consciente e o descarte menos degradante¹⁰³. Para o estado do Rio Grande do Norte, embora se destaque o turismo empresarial de sol e praia, há possibilidades para o turismo comunitário rural, cultural, de aventura, e científico, ainda incipientes;
- Faz-se necessário organizar acordos entre os atores para otimizar os ganhos e reduzir os prejuízos socioambientais, sendo que algumas propostas podem estar baseadas em uma gestão pública que priorize a participação cidadã (governança), o estabelecimento de sindicatos, o ordenamento territorial e o controle estatal. Dessa maneira, a ideia de governança é uma solução possível para os problemas causados pelo turismo. As comunidades devem se organizar para que não haja grandes concorrências e disputas pelos serviços;
- É necessário reforçar o turismo de base comunitária, onde o modo de vida também se converte em produto turístico, mas como instrumento para o fortalecimento identitário, ambiental e associativo, em que a comunidade é a proprietária e gestora dos empreendimentos turísticos voltados para a valorização da identidade, do lugar e do ambiente. Esse turismo também se associa com a luta pela posse territorial¹⁰⁴.
- A comunidade não pode estar completamente dependente do turismo, mas deve desenvolver outros sistemas produtivos em associação, como o alimentício através das

¹⁰⁰ Fletcher, 2016.

¹⁰¹ Bonfá Neto, Suzuki, 2022; Zaar, 2021.

¹⁰² Acevedo, 2016.

¹⁰³ Zaar, 2021.

¹⁰⁴ Silva, Holfstaetter e Alcobia, 2018.

“indústrias domésticas”¹⁰⁵, relacionadas com a produção de alimentos, doces, geleias, antepastos locais, processamento de pescados e frutos do mar, etc. Tudo isso livre de agrotóxicos e fora das grandes cadeias alimentares, com uma logística de comercialização pautada em transporte de curta e média distância. Isso também se encaixa na lógica do decrescimento¹⁰⁶.

- A existência de um Patrimônio Cultural Imaterial¹⁰⁷ a nível municipal ou estadual, tende a fortalecer o turismo, gerando renda e emprego, pois sua presença é considerada como um atrativo turístico, com potencial para atrair visitantes e turistas, o que fortalece a economia local a partir de serviços prestados e geridos pela própria comunidade. Por isso, tornar a pesca artesanal um patrimônio da cultura imaterial do município é um instrumento que possibilitará a formulação de políticas públicas para a cultura, turismo e atividade pesqueira, como trabalho. Com esse objetivo, escrevemos um Projeto de Lei (PL) com este fim, ainda em tramitação¹⁰⁸.

Quanto aos produtos turísticos, existem alguns recursos potenciais¹⁰⁹, que inserimos em uma perspectiva de turismo de base comunitária, pedagógico/científico e regido por associações, cooperativas ou ONGs locais:

- Visitas aos assentamentos da Reforma Agrária, com finalidade também pedagógica (ecológica, agricultura orgânica, social, cooperativismo, policultura, cultura camponesa, agroecologia). Esses modelos produtivos reduzem os impactos ambientais, como também são instrumentos para alcançar a segurança e soberania alimentar. Em Maxaranguape já houve tentativa de implementar o turismo nesses locais, porém sem muito sucesso devido à falta de recursos e de organização¹¹⁰.
- Criar uma “Rota jangadeira”, ao redor da cultura dos jangadeiros com visita pelos ranchos, pelas modalidades de jangadas - inclusive as embarcações são um potencial para o turismo¹¹¹ -, e outras territorialidades pesqueiras, ouvindo e contando histórias de personagens locais e regionais, vendo objetos antigos, um museu/memorial do pescador.
- Caminhadas socioecológicas pelas trilhas locais cujos maiores conhecedores são os pescadores, daí poderia conectar, por exemplo, a última casa de farinha que restou, importante patrimônio para a história local, pois as casas de farinha em tempos passados possuíam uma centralidade no modo de vida tradicional de pescadores e agricultores. Os assentamentos agrários também podem ser utilizados para projetos dessa natureza.
- Turismo científico em torno das tartarugas marinhas, como observação de desovas, soltura de filhotes e monitoramento noturno, com a Associação de Proteção e Conservação Ambiental Cabo de São Roque (APC), que desenvolve esta atuação no campo da conservação ambiental e pesquisa, em parceria com a comunidade local.
- Valorização e revitalização das festas tradicionais, como: Dia do Pescador ou Dia de São Pedro (19/07), que voltou a ser celebrado por ação da Associação de Proteção e Conservação Ambiental Cabo de São Roque (APC), podendo ser vista como um reinvenção da cultura pesqueira e jangadeira, uma revalorização, uma (re)existência a

¹⁰⁵ Candido, 2010.

¹⁰⁶ Zaar, 2021.

¹⁰⁷ Unesco, 1989.

¹⁰⁸ O PL foi aprovado pelos vereadores em 2021 e aguarda que o prefeito o sancione. O documento está disponível em: <<http://gg.gg/patrimonializacao-da-pesca-Mxrgp>>.

¹⁰⁹ “[...] el recurso potencial constituye en todos los elementos valorados posibles recursos, pero que por circunstancias socioeconómicas no han sido aprovechados y permanecen latentes” (IGAC, 2018, p. 167).

¹¹⁰ Silva, Holfstaetter e Alcobia, 2018.

¹¹¹ Mesquita, 2021.

partir da identidade; Festa da padroeira “dos navegantes” Nossa Senhora da Guia (19/11); Dia de Santo Reis (06/01); além da valorização de outras práticas culturais que já não são tão praticadas como Coco, Chegança, Pastoril, Lapinha, Capelinha e Drama.

- Valorização, organização e criação de uma rede comunitária de produção e comercialização do artesanato local, sobretudo das mulheres “rendeiras”.

Considerações finais

O turismo massivo é uma forma de imperialismo ecológico, pois gera um intercâmbio desigual¹¹², sendo uma atividade econômica que aumenta as desigualdades entre centro e periferia, sobretudo pelo acesso aos bens e serviços ambientais e também porque os mais afetados são as populações menos favorecidas e marginalizadas. Além disso, o turismo, como muitas outras atividades associadas a aquisição de bens ou ao lazer, causa outra forma de exclusão sócio-espacial, pois não são todos que viajam.

Em Maxaranguape, já houve algumas transformações impulsionadas pelo turismo, como processos de hibridizações culturais, abandono de atividades tradicionais primárias, espoliação das terras dedicadas aos cultivos tradicionais, afastamento das moradias da população nativa das praias, aumento da violência e da criminalidade e valorização e mercantilização dos recursos naturais pesqueiros e marinhos, essenciais para a soberania alimentar e ambiental. Mas, como apontam alguns habitantes locais, também houveram externalidades positivas trazidas pelo turismo, como a criação de infraestrutura, chegada de serviços básicos com os de saúde, e a pavimentação e melhora das redes de transporte. Atualmente os caminhos ainda estão em abertos e seu rumo dependerá das respostas para essas questões: Qual é o turismo que a população local almeja? Quem irá decidir isso? Turismo para quem e para que?

Acreditamos que a população local deve ter grande participação na tomada dessas decisões, fato que não vem ocorrendo.

Além disso, como aponta Samir Amin¹¹³ não devemos cair na armadilha de aceitar a ideia da racionalidade do mercado, o que inclui também o chamado “turismo sustentável” que se encaixa na perspectiva de um capitalismo verde. Em um caminho mais radical, podemos defender, seguindo a perspectiva de Amin, de que os recursos naturais sejam nacionalizados, mas também geridos pelas comunidades locais. Faz-se necessário então, que o Estado e as organizações comunitárias sejam atores ativos no planejamento turístico.

Os grandes dilemas e problemas apresentados pelo turismo no século XXI, pós pandemia, envolvem questões econômicas, ambientais, sociais, culturais e políticas e todas elas convergem no território e possuem manifestações de expressão territorial, por isso, a atividade não deve ser vista apenas sob uma ótica economicista.

Assim, concluímos que o turismo produz territorialidades que causam uma imensa transformação nas populações tradicionais, que são expressas nas mudanças dos seus modos de vida. Nesse sentido, a categoria território, sob uma mirada interdisciplinar da Ecologia Política faz-se essencial para (re)pensar o turismo hoje.

¹¹² Hornborg e Martinez-Alier, 2016; Zaar, 2021.

¹¹³ Amin, 2009.

Propomos também o uso da categoria modo de vida, em conjunto com território, que permite que as investigações em Geografia do turismo e em Ecologia Política olhem mais para as transformações nos saberes e nas práticas tradicionais e simbólicas, dos camponeses, indígenas, pescadores e outras comunidades de povos tradicionais.

O caso de Maxaranguape evidencia como o capitalismo desterritorializa as práticas tradicionais de relação mais íntima com a natureza, mercantiliza, romantiza e fetichiza os aspectos culturais e produtivos dos povos tradicionais. No estudo, demonstramos isso por meio do turismo, de como ele se instala em territórios tradicionais baixo uma lógica mercantil trazendo empreendimentos e outras infraestruturas que, mesmo de porte pequeno ou médio, desencadeiam formas de especulação imobiliária, espoliação territorial e desterritorializações, que entram em conflitos e destroem algumas lógicas do modo de vida tradicional.

Referências Bibliográficas

ACEVEDO, Rocio Meana. Extralimitación, decrecimiento y turismo: La necesidad de un cambio de modelo. *Ecología Política*, v. 52, p. 8-11, 2016. Disponível em: <<https://www.ecologiapolitica.info/?p=6670>>.

AMIN, Samir ¿Salir de la crisis del capitalismo o salir del capitalismo en crisis? *El Viejo topo*, n. 261, p. 1-23, 2009. Disponível em: <<https://www.elviejotopo.com/topoexpress/salir-de-la-crisis-del-capitalismo-o-salir-del-capitalismo-en-crisis/>>.

BENJAMIN, Walter. Escavando e recordando. In BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas II. Rua de mão única*. p. 239-240. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BONFÁ NETO, Dorival. A puxada de rede: cooperação, coletividade e ajuda mútua em imagens. *GIS - Revista de Antropologia*, v. 7, n. 1, p.1-37, 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/190822>>.

BONFÁ NETO, Dorival; SUZUKI, Júlio César. Interdisciplinaridade, Ecologia política e comunidades tradicionais na América Latina. *Revista terceiro incluído*, v. 12, p. 05-24, 2022. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/teri/article/view/74785>>.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. O silêncio eloquente das imagens fotográficas e sua importância na etnografia. *Cadernos de arte e antropologia*, v. 3, n. 2, p. 57-67, 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cadernosaa/245>>.

CAÑADA, Ernest. Implicaciones socioambientales de la construcción del espacio turístico. *Ecología Política*, v. 52, p. 12-16, 2016. Disponível em: <<https://www.ecologiapolitica.info/?p=6670>>.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 2015 [1990].

CALLIZO, Javier Soneiro. *Aproximación a la geografía del turismo*. Madrid: Síntesis, 1991.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010 [1954].

CORBARI, Sandra Dalila. AZEVEDO, Natália Tavares. SAMPAIO, Carlos Cioce. A emergência da ecologia política do turismo: uma alternativa de análise teórico-crítica. *Pasos - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 19, n. 2, p. 383-391, 2021. Disponível em: <<http://ojsull.webs.ull.es/index.php/Revista/article/view/2807>>.

CORIOLO, Luzia Neide Menezes Teixeira. *O turismo comunitário no nordeste brasileiro*. V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo. p. 1-14. Belo Horizonte, 2008.

ESCOBAR, Arturo. *Territorios de la diferencia: Lugar, movimientos, vida, redes*. 2. ed. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2015.

FLETCHER, Robert. Tours caníbales puesto al día: La ecología política del turismo. *Ecología Política*, v. 52, p. 26-34, 2016. Disponível em: <<https://www.ecologiapolitica.info/?p=6670>>.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da; JANOSCHKA, Michael. Turismo, mercado imobiliário e conflitos socioespaciais no Nordeste Brasileiro. *Sociedade e Território*, v. 30, n. 1, p. 57-71, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/13450/10053>>.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008 [1973].

GOES-URANO, Débora; COCHAND, Angélique; LIMA FIGUEIREDO, Silvio; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça; SONAGLIO, Kerlei Enieli. Turismo e Desenvolvimento em Comunidades Litorâneas do Nordeste Brasileiro: Os Casos de Canoa Quebrada, CE, e Maracajaú, RN. *Rosa dos Ventos*, v. 7, n. 4, p. 574-590, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473547038008>>

GOMES, Mércio Pereira. *Antropologia; ciência do homem / filosofia da cultura*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

HIERNAUX, Daniel. Una década de cambios: la Geografía Humana y el estudio del turismo. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. v. XII, n. 270 (87), p. 1-9, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-87.htm>>.

HIERNAUX, Daniel. La Geografía del turismo. In.: HIERNAUX, Daniel; LINDÓN, Alice (orgs.). *Tratado de Geografía Humana*. p. 401-432. Barcelona: Anthropos y UAM, 2006a.

HIERNAUX, Daniel. Repensar a cidade: a dimensão ontológica do urbano. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, n. 20, p. 197 - 205, 2006b.

HORNBORG, Alf; MARTINEZ-ALIER, Joan. Ecologically unequal exchange and ecological debt. *Journal of Political Ecology*, v. 23, p. 328-333, 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Panorama Maxaranguape*. IBGE Cidades, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/maxaranguape/panorama>>.

IGAC, Instituto Geográfico Agustín Codazzi. *Geografía del turismo en Colombia*. Bogotá: Imprenta Nacional, 2018.

LEFF, Enrique. Political Ecology: a Latin American Perspective. *Desenvolvimento e meio ambiente*, v. 35, p. 29-64, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/44381>>.

MEDEIROS JÚNIOR, Florizel de. *Lagostas, marés e mudanças na comunidade de pescadores artesanais de Maracajaú, no litoral Potiguar*. Dissertação (mestrado em Antropologia Social), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/24597?mode=full>>

MESQUITA, João Lara. Embarcações típicas e o turismo, algumas boas ideias. *Mar sem fim*, 15 dez. 2021. Disponível em: <<https://marsemfim.com.br/embarcacoes-tipicas-e-o-turismo-algumas-boas-ideias/>>.

MORAES, Antonio Carlos Robert. COSTA, Wanderlei Messias da. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1987, 2. ed.

MUSSOLINI, Gioconda. Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro. *Revista de Antropologia*, v. 1, n. 2, 81-97, 1953. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1953.131254>

MUÑOZ, Alejandro Palafox. Turismo e imperialismo ecológico: El capital y su dinámica de expansión. *Ecología Política*, v. 52, p. 18-25, 2016. Disponível em: <<https://www.ecologiapolitica.info/?p=6670>>.

OMT, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Entender el turismo: Glosario*. 2022. Disponível em: <<https://www.unwto.org/es/glosario-terminos-turisticos>>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. *Revista INTERthesis*, v. 9, n. 1, p. 16-50, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p16>>.

PLANO de governo de Maxaranguape (2021-2024). *Prefeito Luiz Eduardo, Vice Professora Nira*. Maxaranguape, 2020. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RN/17493/426/candidatos/741057/5_1600969425325.pdf>.

SOUZA, Marcelo Lopes. Quando o trunfo se revela um fardo: reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade. *Geosp - Espaço e Tempo*, v. 22, n. 2, p. 274-308, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2018.147381>

SANTOS JÚNIOR, Ary Pereira. *Investimentos internacionais e a valorização imobiliária dos municípios de Maxaranguape e Rio do Fogo*. Dissertação (mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/19838/1/AryPereiraDosSantosJunior_DISSERT.pdf>

SAQUET, Marcos Aurelio. *Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SILVA, Clébia Bezerra; HOFSTAETTER, Moema; ALCOBIA, Orlando. Reflexões sobre capital social e turismo comunitário no Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil. *Turismo & Sociedade*, v. 11, n. 3, p. 430-452, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/download/6527/4165/>>.

SUZUKI, Júlio César. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. *Espaço & Geografia*, v. 16, n. 2, p. 627-640, 2013. Disponível em: <<http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/272>>.

UNESCO. *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular*. Conferência geral da Unesco, 25ª reunião, 1989. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>>.

VILANI, Rodrigo Machado. Expropiación de la naturaleza y conflictos ambientales: La expansión de los resorts en Brasil. *Ecología Política*, v. 52, p. 83-87, 2016. Disponível em: <<https://www.ecologiapolitica.info/?p=6670>>.

WOORTMANN, Ellen. Cambios de tiempo y espacio/cambios sociales, bajo el impacto de la modernización. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n. 15, p. 476-48, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200015>

WOORTMANN, Ellen. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em 'comunidades pesqueiras' do Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18, p. 41-60, 1992.

ZAAR, Miriam Hermi. Cambio climático antropogénico y decrecimiento. *Ar@cne - Revista Electrónica de Recursos de Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales*, v.25, p.1-30, 2020. Disponível em: <<https://revistes.ub.edu/index.php/aracne/article/view/33232>>. DOI: <https://doi.org/10.1344/ara2021.250.33232>.

Ficha bibliográfica:

BONFÁ NETO, Dorival; BARRETO, Isadora Natália; SILVA, Lucas Gabriel Veríssimo Pinheiro da. O turismo em Maxaranguape, RN, Brasil: configuração, dilemas e propostas desde a Ecologia Política. *Ar@cne. Revista Electrónica de Recursos de Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de abril de 2023, vol. XXVII, nº 277. DOI: <http://doi.org/10.1344/ara2023.277.40357>.